

Após reunião, governo rejeita elo de Forças com golpistas



Comandantes das Forças Armadas reunidos com o presidente Lula, no Planalto Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

Governo tenta reduzir tensão e rejeita elo de militares com golpistas

Em reunião nesta sexta, Lula acena com investimentos estratégicos para virar a página após desconfiança gerada por ataques golpistas

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu nesta sexta (20) com comandantes das Forças Armadas e o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, que disse após o encontro que aguarda "comprovações" para que sejam adotadas providências contra militares que participaram dos ataques de 8 de janeiro em Brasília.

Em meio à crise decorrente das cenas de depreciação na praça dos Três Poderes, a reunião teve outro foco: a discussão de projetos estratégicos das Forças Armadas. A questão é um ponto que une Lula e os militares, que valorizam ações de modernização implementada pelo petista em seus dois primeiros mandatos. Segundo auxiliares palacianos, o tema foi uma forma encontrada pelos petistas para melhorar a relação com os comandantes e assim tentar virar a página da desconfiança gerada após 8 de janeiro.

Durante o encontro, segundo relatos de participantes, Lula disse que é preciso deixar o que ocorreu com a Justiça e olhar para frente. A fala foi corroborada por Múcio.

O presidente falou na reunião que é preciso pensar no futuro, na garantia de investimento e geração de empregos. "Não foi discutida [punição de militares], porque isso está com a Justiça. Estamos atrás, aguardando as comprovações para que providências sejam e serão tomadas", afirmou Múcio a jornalistas.

"Entendo que não houve envolvimento direto das Forças Armadas. Agora, se algum elemento individualmente teve a sua participação, ele vai responder como cidadão", disse.

Como mostrou a Folha, relatório em posse do Ministério da Justiça identificou ao menos oito militares da ativa lotados na Presidência durante o governo Jair Bolsonaro (PL) que compareceram no ano passado a atos no acampamento golpista em frente ao quartel-general do Exército.

Além disso, o documento mostra que alguns participaram de grupo de WhatsApp em que foram trocadas e compartilhadas mensagens antidemocráticas e ameaças a Lula.

O relatório foi produzido durante a transição de governo com base em conversas obtidas em grupos de WhatsApp. Os militares estavam alocados em especial no GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência na gestão de Augusto Heleno, um dos principais aliados de Bolsonaro.

Apesar de rejeitar envolvimento direto das Forças Armadas no ato golpista, Múcio admitiu que a reunião foi antecipada para reduzir a tensão entre Lula e as Forças Armadas.

Disse que o encontro estava previsto para final de janeiro ou começo de fevereiro, mas que pediu aos chefes militares para antecipar a conclusão dos relatórios solicitados por Lula sobre cada corporação.

A a reunião de Lula com os comandantes das Forças também teve participação do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, e de outros empresários.

Múcio disse que as questões envolvendo os ataques de 8 de janeiro não foram discutidas.

"Ele [Lula] quis renovar essa confiança. Evidentemente, que não poderíamos ficar com essa agenda última [do ato golpista], a gente tem que pensar para frente, a gente tem que pacificar esse país. A gente tem que governar", afirmou.

No início da noite, a Defesa divulgou uma nota sobre o encontro, reforçando que a discussão dos projetos prioritários e o fortalecimento da indústria de defesa nacional estiveram no centro da reunião.

A pasta mostrou que as prioridades da Marinha foram o programa de submarinos, o programa nuclear e o programa de fragatas. O Exército destacou seu programa de forças blindadas, o sistema integrado de monitoramento de fronteiras. A Aeronáutica levou como prioridade o avião KC-390 Millennium, o caça Gripen e uma aeronave de transporte leve.

No encontro, foi feita a avaliação de que o orçamento da Defesa não é suficiente para o que a cúpula militar quer e precisa para desenvolver projetos.

O clima na reunião, segundo pessoas que conversaram com os presentes, foi bastante ameno. Lula lamentou os eventos do 8 de janeiro, mas não buscou responsabilizar as Forças Armadas como instituição.

A ideia de Múcio foi dar caráter técnico ao encontro. A iniciativa da Fiesp levou um estudo para ajudar a dinamizar a base industrial de defesa, adotado para análise pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro da Indústria e Comércio.

Múcio e as Forças Armadas viraram alvo de crítica de petistas, por causa da facilidade com que os manifestantes invadiram e provocaram a destruição dos prédios públicos. A situação do ministro ficou delicada, porque ele evitou tratar

“Evidentemente que no calor da emoção a gente precisa ter cuidado para que esse julgamento, essas acusações, sejam justas para que as penas sejam justas. Mas tudo será providenciado em seu tempo”

José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, sobre eventuais punições a militares que tiverem participado de atos golpistas

os acampamentos em frente aos quartéis como ações antidemocráticas. Ele disse não se arrepender de suas falas.

"Não me arrependo, porque eu vim para negociar. Eu não podia negociar com você e a priori criar um pré-julgamento para você", afirmou.

Disse ainda que os militares sabem que haverá investigação sobre os ataques de 8 de janeiro e eventual punição.

"Os militares estão cientes e concordam que nós vamos tomar essas providências. Evidentemente que no calor da emoção a gente precisa ter cuidado para que esse julgamento, essas acusações, sejam justas para que as penas sejam justas. Mas tudo será providenciado em seu tempo", afirmou.

Múcio ainda afirmou que queria "virar a página" em relação aos atos golpistas e disse que não há hipótese de que essas ações venham a se repetir. Afirmou que agora as Forças Armadas "irão se antecipar".

Após o encontro com Lula, Múcio e os comandantes militares participaram de uma outra reunião para os preparativos de uma viagem de última hora do presidente a Roraima.

Ainda é cedo para dizer que a crise entre Lula e os militares acabou, dada a animosidade de lado a lado. Oficiais-generais se queixam do que consideram espírito de revanche do presidente, enquanto petistas reclamam do comportamento da cúpula militar durante a crise do dia 8.

Mas o caminho de tentar entregar algo aos militares não é novo e já se mostrou eficaz. Nos seus dois primeiros mandatos (2003-10), Lula venceu desconfianças abrindo espaço para demandas práticas dos fardados, que resultaram na organização de um arcabouço legal para o regramento das indústrias de defesa.

Além disso, insinuou pela primeira vez depois da redemocratização algum interesse institucional no poder armado, com a criação da Política Nacional de Defesa, para fixar as metas do setor e avaliar seus meios, e a Estratégia Nacional de Defesa, que busca estabelecer como executar os objetivos.

Como resultado, houve programas grandes que estão em curso até hoje, como a construção de submarinos e helicópteros decorrente do acordo militar com a França, em 2009. **Matheus Teixeira, Renato Machado, Victoria Azevedo, Marianna Holanda, Julia Chaib e Igor Gielow**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4